

RECURSO EM HABEAS CORPUS Nº 103.749 - SP (2018/0259414-3)

RELATOR : MINISTRO SEBASTIÃO REIS JÚNIOR
RECORRENTE : DIEGO DO NASCIMENTO
ADVOGADO : MARCOS ANTONIO ANTUNES BARBOSA - SP275741
RECORRIDO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

EMENTA

RECURSO EM *HABEAS CORPUS*. TRIBUNAL DO JÚRI. ART. 121, § 2º, II E IV, ART. 211 E ART. 344, TODOS DO CP. TRIBUNAL DO JÚRI. APONTADA NULIDADE PELA DEFESA DE LEITURA DE PEÇAS DOS AUTOS POR AUTORIDADE DA ACUSAÇÃO. JURADOS COM AMPLO ACESSO AOS AUTOS. NULIDADES QUE DEVEM SER ARGUIDAS EM SESSÃO SOB PENA DE PRECLUSÃO. ART. 571 DO CPP. AUSÊNCIA DE PREJUÍZO.

Recurso em *habeas corpus* improvido.

DECISÃO

Trata-se de recurso em *habeas corpus* interposto por **Diego do Nascimento** contra acórdão proferido pela Sexta Câmara Criminal do Tribunal de Justiça de São Paulo.

Submetido ao Júri Popular, o **recorrente** foi condenado como incurso nos arts. 121, § 2º, II e IV, 211 e 344, todos do Código Penal, à pena de 16 anos de reclusão, em regime fechado, e 20 dias-multa (fls. 268/271).

Irresignada, a defesa impetrou *habeas corpus* (HC n. 1.0000.17.080404-1/000). A Sexta Câmara Criminal do Tribunal de Justiça de São Paulo denegou a ordem (fls. 274/277). Esta, a ementa do julgado (fl. 275):

Habeas corpus - Homicídio, ocultação de cadáver e coação no curso do processo.

Possibilidade de indeferimento liminar pela Turma Julgadora - Interpretação a que conduzem o artigo 93, inciso XV da Constituição Federal, o artigo 663 do Código de Processo Penal e o artigo 248 do Regimento Interno do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo.

No caso dos autos a simples leitura à Ata da Sessão do Júri assegura que nela não constou tivesse o promotor de justiça utilizado-se de argumento de autoridade para convencer os jurados.

O teor da ata não pode ser contestado com mera alegação da parte. O artigo 478 do Código de Processo Penal configura regra de exceção e, por isso, comporta interpretação restritiva.

Writ denegado.

Neste recurso, a defesa aponta nulidade, aduzindo que o *Parquet* teria feito uso de decisão denegatória do desaforamento para influenciar os jurados, utilizando-se, assim, da força do argumento de autoridade.

Parecer ministerial opinando pelo desprovimento do recurso ordinário (fls. 309/314).

É o relatório.

Aqui, alega-se nulidade, afirmando-se que o *Parquet* teria feito uso de decisão denegatória do desaforamento para influenciar os jurados, utilizando-se, assim, da força do argumento de autoridade. Portanto, entende-se que houve violação do art. 478, I, do Código de Processo Penal. Sobre o tema, esta foi a fundamentação da Câmara Criminal (fls. 276/279):

[...]

No caso dos autos a simples leitura à Ata da Sessão do Júri assegura que nela **não constou tivesse o promotor de justiça utilizado-se de argumento de autoridade para convencer os jurados (nela não se consignou qualquer impugnação nesse sentido).**

A importância do consignado na ata de julgamento foi destacada em r. aresto do Supremo Tribunal Federal: "O valor da ata de julgamento, cujo conteúdo c a expressão fiel de todas as ocorrências do julgamento (CPP, art. 495), reveste-se de importância essencial. Meras alegações da parte, desprovidas de qualquer comprovação, não se revelam suficientes para descaracterizarem o teor da veracidade que esse registro processual reveste." (RT 678/399).

E se a leitura da ata não revela qualquer irresignação da defesa para com o teor dos debates, não se pode, agora, pretender impugná-lo.

As nulidades em plenário deveriam ser arguidas logo depois de ocorrerem, nos termos do artigo 571, inciso VIII, do Código de Processo Penal. Como na sessão de julgamento nada foi arguido, precluiu o direito do réu ao reexame do tema.

IV- Não bastasse, o artigo 478 do Código de Processo Penal é regra de exceção, pois restringe a palavra das partes, que têm o importante papel de influir na convicção dos julgadores. E o mencionado dispositivo só limita a menção (além do uso de algemas e ao silêncio do acusado) à decisão de pronúncia e às que julgam admissível a acusação, dentre as quais não se inclui a que decide sobre o desaforamento.

[...]

Com efeito, *segundo o entendimento desta Corte Superior, a leitura*

de documentos e de peças processuais em Plenário não implica, obrigatoriamente, a nulidade de julgamento, tendo em vista que os jurados possuem amplo acesso aos autos. Na espécie, não houve comprovação de que os documentos entregues tenham viciado a convicção dos jurados (REsp n. 1.598.779/DF, de minha relatoria, Sexta Turma, DJe 1º/9/2016).

Assim, não há ilegalidade no caso, pois, nos termos do art. 563 do Código de Processo Penal, só se declara nulidade quando evidente, de modo objetivo, efetivo prejuízo para o acusado, o qual não foi aqui evidenciado, uma vez que não há menção à autoridade por parte do Ministério Público.

Ademais, não há na ata de julgamento nenhuma referência a abuso de autoridade e sabe-se que a nulidade deve ser arguida em sessão plenária, sob pena de preclusão.

Ante o exposto, **nego provimento** ao recurso em *habeas corpus*.

Publique-se.

Brasília, 19 de fevereiro de 2019.

Ministro Sebastião Reis Júnior
Relator